



Escola de Administração Fazendária



Superintendência de
Seguros Privados
- SUSEP -

Concurso Público - 2010
(Edital ESAF n. 03, de 19/01/2010)

Cargo:

ANALISTA TÉCNICO DA SUSEP
Área: Administração e Finanças

Prova 2

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“Não tenhamos pressa, mas não percamos tempo.”

4. **DURAÇÃO DA PROVA: 4h30min**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.7 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1 - Uma adequada compreensão do processo evolutivo da administração pública brasileira nos revela que:
- o patrimonialismo se extingue com o fim da dominação portuguesa, sendo o reinado de D. Pedro II o ponto de partida para a implantação do modelo burocrático.
 - em um ambiente onde impera o gerencialismo, não há espaço para o modelo burocrático.
 - a implantação do modelo gerencial, em fins do século passado, consolida o caráter burocrático-weberiano do aparelho do Estado, notadamente na administração direta.
 - de certa forma, patrimonialismo, burocracia e gerencialismo convivem em nossa administração contemporânea.
 - a importância do modelo gerencial se expande a partir do momento em que a administração direta se robustece, nos anos 1950, em paralelo à crescente industrialização do país.
- 2 - Acerca do tema “Agências Executivas e Agências Reguladoras”, é correto afirmar:
- a denominação “Agência Executiva” designa um título jurídico que pode ser atribuído a autarquias e fundações públicas, não traduzindo uma nova forma de pessoa jurídica pública.
 - as Agências Reguladoras gozam de uma autonomia precária, conferida pela simples contratualização de suas atividades.
 - as Agências Executivas surgem da descentralização do Estado e da substituição da sua função empreendedora, o que requer o fortalecimento das funções de fiscalização.
 - na União, o título de Agência Reguladora é conferido mediante decreto do Presidente da República.
 - em geral, as Agências Reguladoras implementam as políticas públicas, sem se ocuparem de disciplinar a atuação de outras entidades.
- 3 - Em nossos dias, embora sequer sejam citadas(os) pelo Decreto-Lei n. 200/1967, também integram a administração indireta as(os):
- Organizações Sociais de Interesse Público.
 - Organizações Não-Governamentais sem fins lucrativos.
 - Organizações Sociais.
 - Consórcios Públicos com personalidade jurídica de direito público.
 - Parceiros Público-Privados sem fins lucrativos.
- 4 - No exercício de seus poderes e deveres, ao administrador público cumpre saber que:
- o uso do poder discricionário possui como limite o juízo valorativo, e não a lei.
 - exceto quando delegado a entidades privadas, o poder de polícia é ilimitado.
 - é imprescritível a ação civil pública cujo objeto seja o ressarcimento de danos ao erário.
 - o ato administrativo não pode ser revisto pelo Poder Judiciário.
 - o dever de prestar contas se restringe aos gestores de bens ou recursos públicos.
- 5 - Sobre o tema ‘elaboração de especificações técnicas e projetos básicos’, assinale a afirmação incorreta.
- De modo a permitir alternativas de fornecimento, as especificações técnicas não podem reproduzir catálogos de determinado fornecedor ou fabricante.
 - Por ser vedada ao próprio órgão, a elaboração do projeto básico deve ficar a cargo de empresa especializada com registro no CREA.
 - Da composição do projeto básico deve constar o cronograma físico-financeiro, com as despesas mensais previstas para serem incorridas ao longo da execução da obra ou serviço.
 - Quando da elaboração do projeto básico, é necessário verificar se o empreendimento necessita de licenciamento ambiental.
 - O projeto básico deve ser elaborado anteriormente à licitação e receber a aprovação formal da autoridade competente.
- 6 - Sobre o tema “bens públicos”, é correto afirmar:
- bens dominicais precisam ser desafetados antes de serem alienados.
 - o uso comum dos bens públicos pode ser oneroso, caso assim determine lei da pessoa jurídica à qual o bem pertença.
 - prédios públicos abandonados que venham a ser ocupados por membros de movimentos sociais estão sujeitos a usucapião.
 - em casos de reparação de dano causado por dolo de agente público, apenas os bens de uso especial e dominicais podem ser penhorados.
 - bibliotecas são exemplos claros de bens de uso comum do povo.

7 - Quando da alienação de seus bens, a uma autarquia como a SUSEP é vedado:

- a) adotar o leilão como procedimento licitatório para a venda de imóvel adquirido por meio de doação em pagamento.
- b) dispensar procedimento licitatório para a venda de imóvel a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo.
- c) doar imóveis, uma vez que a doação só é permitida no caso de bens móveis, exclusivamente para fins e uso de interesse social.
- d) dispensar procedimento licitatório para a venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.
- e) vender imóveis sem autorização legislativa, exceto os que tenham sido adquiridos por meio de procedimentos judiciais ou doação em pagamento, e sem avaliação prévia.

8 - Para tornar correta a seguinte afirmação, basta preencher as lacunas com as palavras da opção:

“Nas licitações do tipo ‘melhor técnica’, a consecução de acordo para a contratação deverá ter, como referência, o limite representado pela proposta de _____ entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima em sua proposta _____.”

- a) menor preço // técnica
- b) melhor técnica // de preços
- c) maior preço // de preços
- d) melhor técnica // técnica
- e) menor preço // de preços

9 - Utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, o pregão caracteriza-se por:

- a) permitir o tipo técnica e preço, quando os bens ou serviços comuns se revestirem de maior complexidade.
- b) ser uma modalidade de licitação do tipo melhor lance, que poderá ser verbal ou eletrônico, a depender da forma adotada.
- c) possuir regras próprias, não lhe sendo aplicáveis as normas da Lei n. 8.666/93.
- d) ser obrigatório, em sua forma eletrônica, para a aquisição de bens e serviços comuns.
- e) requerer, do pregoeiro, capacitação específica para o exercício da atribuição.

10- Caracterizam-se por serem regidos pelo direito privado quanto ao conteúdo e aos efeitos, porém sem ignorar as limitações trazidas pelo regime jurídico público, os contratos de:

- a) fornecimento de mão de obra.
- b) locação em que o Poder Público seja locatário.
- c) concessão de serviço público.
- d) fornecimento de bens de consumo.
- e) construção de obra pública.

11- Assinale a opção correta.

- a) A contratação de serviços de publicidade pode-se dar mediante dispensa de licitação, porém não por meio de inexigibilidade.
- b) É inexigível a licitação para a aquisição de obras de arte e objetos históricos, desde que tenham sua autenticidade certificada.
- c) Caso se comprove superfaturamento em dispensa de licitação, respondem solidariamente pelo dano o fornecedor e o agente público responsável.
- d) A inviabilidade de competição é causa determinante para que a licitação seja considerada dispensável.
- e) Apresentações de artistas consagrados pela opinião pública podem ser contratados tanto por dispensa quanto por inexigibilidade de licitação.

12- Sobre o Sistema de Registro de Preços, é correto afirmar:

- a) a Ata de Registro de Preços não pode sofrer alterações durante seu prazo de validade, devendo manter inalterados os preços inicialmente registrados.
- b) a licitação para registro de preços pode ser realizada nas modalidades de concorrência, tomada de preços, convite ou pregão.
- c) a existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.
- d) o prazo de validade da Ata de Registro de Preços não pode ser superior a um ano, aí computadas as eventuais prorrogações.
- e) ao fornecedor é vedado solicitar o cancelamento do seu registro de preços.

13- Acerca do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF), é correto afirmar:

- a) o agente suprido autorizado a portar o CPGF é o titular do cartão.
- b) é vedada a utilização da transação de saque com o CPGF para quitação de despesas em espécie.
- c) o CPGF é o único instrumento de pagamento para a aplicação de Suprimento de Fundos.
- d) o ordenador de despesa e o agente suprido responderão, solidariamente, sempre que o mau uso do CPGF causar prejuízo à Fazenda Nacional.
- e) é possível o uso do CPGF no exterior, ainda que, para tanto, incidam taxas de utilização.

- 14- Nas licitações públicas, sobre o tratamento diferenciado conferido a microempresas e empresas de pequeno porte, é correto afirmar:
- a) a apresentação dos documentos necessários à comprovação da regularidade fiscal é exigida apenas quando da assinatura do contrato.
 - b) entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas por todos os licitantes sejam iguais ou até 15% superiores à proposta mais bem classificada.
 - c) a administração pública deve realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de tais empresas, nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00.
 - d) a não-regularização de documentação atinente à regularidade fiscal implica a decadência do direito de contratar e a aplicação de sanções.
 - e) a lei confere tratamento diferenciado apenas em casos de contratação, e não em casos de subcontratação dessas empresas.
- 15- O correto domínio do tema 'Processo Administrativo Federal' implica saber que:
- a) o recurso de decisões administrativas deve ser dirigido à autoridade imediatamente superior ao agente que tenha proferido a decisão recorrida.
 - b) a representação do administrado, por advogado, é obrigatória nos casos em que se neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses.
 - c) terão prioridade na tramitação os procedimentos administrativos em que figure, como parte ou interessado, pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
 - d) a Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, podendo anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade.
 - e) os atos do processo devem ser realizados, preferencialmente, na comarca do domicílio do administrado ou interessado.
- 16- Sobre o que dispõe a Lei n. 9.873/1999, é incorreto afirmar:
- a) seus termos não se aplicam às infrações de natureza funcional e aos processos e procedimentos de natureza tributária.
 - b) quando o fato-objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição rege-se pelo prazo previsto na lei penal.
 - c) interrompe-se a prescrição da ação punitiva pela notificação ou citação do indiciado ou acusado, sendo vedado o uso de edital.
 - d) prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato.
 - e) incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho.
- 17- Com base nos seguintes dados sobre o consumo de um material qualquer, assinale a opção que indica, corretamente, o ponto de pedido (P) e a quantidade (Q) a ser adquirida em cada pedido:
- consumo mensal: 50 unidades.
 - tempo de reposição: 1,5 mês.
 - estoque mínimo: 2,0 meses de consumo.
- a) P = 175 // Q = 75
 - b) P = 100 // Q = 50
 - c) P = 150 // Q = 75
 - d) P = 175 // Q = 50
 - e) P = 150 // Q = 50
- 18- Considerando a boa técnica da Gestão de Materiais, é incorreto afirmar:
- a) o ponto do pedido deve coincidir com o momento em que o estoque a ser ressuprido atinge o nível de segurança.
 - b) ao utilizarmos a Curva ABC sobre o total dos itens a serem estocados, os materiais que representem 20% da quantidade e 80% do valor devem ser classificados como 'A'.
 - c) em um sistema de estoque, a movimentação de materiais pode ser representada por um gráfico conhecido por 'dente de serra'.
 - d) Lote Econômico é o resultado de um procedimento matemático por meio do qual a organização adquire, pelo custo mais baixo, o material necessário às suas atividades.
 - e) o alto giro dos estoques contribui para a redução do valor do capital de giro.
- 19- Sobre a gestão de bens patrimoniais, no âmbito da administração pública, é correto afirmar:
- a) a contabilidade deve manter registros analíticos e sintéticos de todos os bens móveis e imóveis.
 - b) débitos e créditos financeiros não integram o conjunto dos bens patrimoniais.
 - c) a avaliação dos elementos patrimoniais deve ter por base o preço médio ponderado das compras.
 - d) classificam-se como permanentes os bens móveis cuja vida útil seja superior a um ano.
 - e) transferência é a incorporação de bens patrimoniais movimentados de um órgão para outro, em caráter definitivo.

20- No âmbito da administração pública, acerca do inventário de bens patrimoniais, é incorreto afirmar:

- a) inventário é a discriminação organizada e analítica de todos os bens e valores de um patrimônio, em um determinado momento, visando atender uma finalidade específica.
- b) o inventário de bens móveis é facultativo. O de bens imóveis, é obrigatório.
- c) o princípio da integridade determina que, uma vez fixados os limites do inventário, todos os elementos patrimoniais compreendidos devem ser objeto do levantamento.
- d) o inventário é dividido em três fases: levantamento, arrolamento e avaliação.
- e) classifica-se como inservível o bem ocioso cuja recuperação seja antieconômica ou impossível.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

21- Com relação à formação e ao aperfeiçoamento de servidores públicos, a Constituição determina que:

- a) apenas a União mantenha escolas de governo.
- b) cada ente federativo terá liberdade para definir a instituição de escolas de governo.
- c) a União, os Estados e os Municípios mantenham escolas de governo.
- d) a União, os Estados e o Distrito Federal mantenham escolas de governo.
- e) os entes federados celebrem convênios ou contratos para tal fim.

22- Perante sentença judicial, que torne inválida a demissão de servidor estável, será ele

- a) reconduzido ao cargo que ocupou.
- b) colocado em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c) reintegrado ao cargo que ocupou.
- d) aproveitado em outro cargo.
- e) colocado em disponibilidade com remuneração proporcional.

23- Em avaliação do desempenho, o método das escalas gráficas é um dos mais utilizados e divulgados. Aparentemente é o método mais simples, mas que requer alguns cuidados para compensar suas desvantagens. Constitui-se em uma desvantagem do método das escalas gráficas:

- a) sua elaboração e montagem são complexas, exigindo um planejamento muito cuidadoso e demorado.
- b) necessita de procedimentos matemáticos e estatísticos para corrigir distorções e influência dos avaliadores; tende a apresentar resultados condescendentes ou exigentes para todos os seus subordinados.
- c) deixa o avaliador sem noção alguma do resultado da avaliação que faz a respeito de seus subordinados.
- d) custo operacional elevado, pela atuação de um especialista em avaliação.
- e) é um método fundamentalmente comparativo e discriminativo e apresenta resultados globais; discrimina apenas os empregados bons, médios e fracos, sem informações maiores.

24- O método de escolha forçada consiste em avaliar o desempenho dos indivíduos por intermédio de frases descritivas de determinadas alternativas de tipos de desempenho individual, onde, em cada bloco, o avaliador deve escolher forçosamente apenas uma ou duas que mais se aplicam ao desempenho do avaliado. Constitui uma vantagem desse método:

- a) sua aplicação é simples e não exige preparo intenso ou sofisticado dos avaliadores.
- b) deixa o avaliador sem noção alguma do resultado da avaliação que faz a respeito de seus subordinados.
- c) quando utilizado para fins de desenvolvimento de recursos humanos, necessita de uma complementação de informações sobre necessidades de treinamento, potencial de desenvolvimento, etc.
- d) é um método fundamentalmente comparativo e discriminativo e apresenta resultados globais.
- e) sua elaboração e montagem são complexas, exigindo um planejamento muito cuidadoso e demorado.

25- O Decreto n. 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal: I - plano anual de capacitação; II - relatório de execução do plano anual de capacitação; e III - sistema de gestão por competência.

Neste contexto, entende-se por capacitação:

- a) processo educacional de curto prazo que utiliza procedimento sistemático e organizado pelo qual o pessoal não gerencial aprende conhecimentos e habilidades técnicas para um propósito definido.
- b) toda influência que o ser humano recebe do ambiente social, durante toda a sua existência, no sentido de adaptar-se às normas e valores sociais vigentes e aceitos.
- c) processo educacional de longo prazo que utiliza procedimento sistemático e organizado pelo qual o pessoal gerencial aprende conhecimentos conceituais e teóricos para propósitos genéricos.
- d) mudança de comportamento baseada na experiência.
- e) processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais.

26- O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, conduzido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, recomenda, para a busca da excelência em gestão, o atendimento a requisitos contidos no Modelo de Excelência em Gestão Pública. Que afirmativa representa melhor o conjunto de requisitos referentes ao item Capacitação e Desenvolvimento, do Critério Pessoas:

- a) a organização deve identificar as necessidades de capacitação e desenvolvimento, compatibilizadas com as necessidades da organização e promover programas de capacitação e desenvolvimento que abordem a cultura da excelência e contribuam para consolidar o aprendizado organizacional.
- b) a organização deve estimular a integração e a cooperação das pessoas e das equipes, gerenciar o desempenho das pessoas e das equipes, de forma a estimular a obtenção de metas de alto desempenho e o desenvolvimento profissional.
- c) a organização deve estimular capacitação e desenvolvimento das equipes, de forma a incentivar o alcance de metas, a promoção da cultura da excelência e o desenvolvimento profissional.
- d) a organização deve identificar as necessidades de capacitação e desenvolvimento, de acordo com os interesses individuais, promovendo programas de capacitação e desenvolvimento que valorizem as carreiras.
- e) a organização deve promover a capacitação e desenvolvimento da força de trabalho, na busca de um ambiente de trabalho humanizado, seguro, saudável, com alcance do bem-estar, a satisfação, e a motivação das pessoas.

27- *Bennis* procura enfatizar as diferenças fundamentais entre os sistemas mecânicos e os sistemas orgânicos, típicos de abordagem do Desenvolvimento Organizacional. Constitui uma importante característica de Sistemas Orgânicos:

- a) relacionamento do tipo autoridade-obediência.
- b) solução de conflitos por meio de repressão, arbitramento ou hostilidade.
- c) divisão do trabalho e supervisão hierárquica rígida.
- d) independência e responsabilidade compartilhadas.
- e) a tomada de decisão é centralizada.

28- Segundo *Shein*, um elemento essencial de qualquer esforço de Desenvolvimento Organizacional é:

- a) a orientação a longo prazo.
- b) a orientação a médio prazo.
- c) a orientação a curto prazo.
- d) o envolvimento de esforços de parte da organização.
- e) o envolvimento de esforços somente da alta direção.

29- Segundo a Lei n. 8112/1990, caracterizam deveres do servidor, exceto:

- a) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- b) guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- c) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente informais.
- d) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo.
- e) manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

30- A Lei n. 8.112/1990 apresenta como concessão que, sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

- a) por 3 (três) dias, para se alistar como eleitor.
- b) por 2 (dois) dias, para doação de sangue.
- c) por 8 (oito) dias consecutivos, em razão de falecimento de irmãos.
- d) por 8 (oito) dias consecutivos, em razão de falecimento de avós.
- e) por 8 (oito) dias consecutivos, em razão de falecimento de ex-cônjuge.

GESTÃO DE TRIBUTOS

31- A Constituição Federal, em seu art. 154, inciso I, prevê a criação de impostos que não os previstos no art. 153 (que enumera aqueles de competência da União). Sobre esta competência, usualmente denominada na doutrina "competência residual", é incorreto afirmar-se que:

- a) o exercício da competência residual é reservado ao legislador ordinário, e não ao constituinte derivado.
- b) consoante entendimento firmado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a não-cumulatividade e o não *bis-in-idem* não precisam ser observados quando da criação de um novo imposto por meio de emenda constitucional.
- c) a exigência de lei complementar é inafastável e, diferentemente do que ocorre para os impostos discriminados, que têm apenas os seus fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes previstos em lei complementar, no caso da instituição de novo imposto pela União, no exercício de sua competência residual, exige-se que também a alíquota seja prevista em lei complementar.
- d) admite-se, excepcionalmente, a instituição de novos impostos, no exercício da competência residual, por meio de medida provisória.
- e) a criação de novo imposto, no exercício da competência residual, fica sujeita ao princípio da anterioridade.

32- Uma das espécies de tributos elencada pela Constituição Federal é a Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas. Tal espécie visa a uma distribuição mais justa dos ônus decorrentes de determinadas obras públicas, que beneficiam a sociedade como um todo, mas acabam por beneficiar particularmente determinadas pessoas, inclusive acarretando valorização imobiliária.

Sobre o tema Contribuição de Melhoria, analise os itens a seguir, classificando-os como verdadeiros ou falsos. Em seguida, escolha a opção adequada às suas respostas.

- I. Seu objetivo principal é fazer com que pessoas diretamente beneficiadas pela execução de uma obra pública participem com maior intensidade de seu custeio, suportando-o total ou parcialmente.
 - II. O princípio da vedação do enriquecimento sem causa justificativa, para alguns doutrinadores, a instituição e a cobrança da contribuição de melhoria.
 - III. Pode-se eleger como parâmetro da cobrança da contribuição de melhoria, de modo geral, o custo total da obra (rateado entre os principais beneficiados) ou a valorização imobiliária dela decorrente (individualmente analisada).
- a) Está correto apenas o item I.
 - b) Está correto apenas o item III.
 - c) Estão corretos apenas os itens I e III.
 - d) Estão corretos apenas os itens II e III.
 - e) Todos os itens estão corretos.

33- A lei é a fonte da obrigação tributária, que surge com a sua incidência, e não por força de acordo de vontades. Por isso, diz-se que se trata de uma obrigação *ex lege*. Há que se distinguir, porém, a legalidade geral (segundo a qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei) da legalidade tributária, que implica no fato de que a instituição dos tributos se dê não apenas com base legal, mas diretamente por meio da lei. São consectários lógicos do princípio da legalidade tributária, exceto:

- a) o aspecto espacial da incidência tributária nem sempre corresponderá ao território da pessoa política tributante, já que a extraterritorialidade da tributação estadual e municipal não necessariamente implica invasão de idêntica competência dos demais Estados e Municípios.
- b) a lei deve esgotar, como preceito geral e abstrato, os dados necessários à identificação do fato gerador da obrigação tributária e à quantificação do tributo, sem que restem à autoridade poderes para, discricionariamente, se 'A' irá ou não pagar tributo, em face de determinada situação.
- c) não há a possibilidade de delegação de competência tributária ao Executivo, para que institua tributo, qualquer que seja, tampouco para que integre a norma tributária impositiva, ressalvadas apenas as atenuações por meio das quais a própria Constituição, de modo excepcional, autoriza a graduação de alíquotas pelo Executivo.
- d) o sujeito ativo, na ausência de disposição em contrário, será a própria pessoa política de que a lei impositiva constitui manifestação, pois a delegação da condição de sujeito ativo a outra pessoa jurídica de direito público não se presume.
- e) em se tratando de tributos com fato gerador instantâneo, estará determinado pelo momento mesmo da ocorrência do ato, fato ou situação que configura o aspecto material da incidência tributária.

**ORÇAMENTO, CONTABILIDADE PÚBLICA E
AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

- 34- A atividade fiscalizatória, essencial à manutenção do equilíbrio financeiro governamental, considerando o grau de relevância das receitas oriundas dos tributos no orçamento, possui determinadas prerrogativas de acordo com o Código Tributário Nacional-CTN. Sobre o tema, assinale a opção incorreta.
- a) A atividade de fiscalização decorre de lei e não pode ser inibida; já o resultado da fiscalização está sujeito ao mais amplo controle judicial.
 - b) O CTN prevê obrigação inequívoca de qualquer pessoa jurídica de dar à fiscalização tributária amplo acesso aos seus registros contábeis, bem como às mercadorias e aos documentos respectivos.
 - c) Havendo negativa ou mera obstaculização, por parte da pessoa sujeita à fiscalização, à exibição de livros e documentos contábeis, pode o Fisco buscar, judicialmente, acesso a eles, desde que haja a fundada suspeita de irregularidade.
 - d) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar arquivos ou documentos de comerciantes, ou da obrigação destes de exibi-los.
 - e) Se o agente da Administração Pública Tributária exigir a apresentação dos livros e o contribuinte negá-los, poderá haver o lançamento do crédito tributário por arbitramento.
- 35- Depois de esgotado o prazo fixado (em lei ou decisão final proferida em processo administrativo fiscal) para o pagamento de determinado tributo, o crédito respectivo é inscrito em dívida ativa tributária, por meio de um termo de dívida ativa. Assinale, entre os itens a seguir, o único que não é de indicação obrigatória no respectivo termo para todos os tributos.
- a) O nome do devedor e a indicação de seu domicílio.
 - b) O número do processo administrativo de que se originar o crédito.
 - c) A origem e a natureza do crédito, com a menção específica à disposição legal em que seja fundado.
 - d) A data em que foi inscrita.
 - e) A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- 36- Se o resultado apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais de uma entidade pública da administração direta é um superávit e essa mesma unidade recebeu uma transferência de bens no exercício, então é correto afirmar:
- a) as despesas correntes necessariamente foram menores que as despesas de capital e não houve transferências de bens para outra entidade.
 - b) o superávit resultou das operações orçamentárias, pois as transferências extraorçamentárias não afetam o resultado do exercício corrente e sim daquele em que o bem foi adquirido.
 - c) as transferências de bens, embora extraorçamentárias, afetaram o resultado apurado porque se somam às demais operações do exercício.
 - d) a despesa orçamentária foi necessariamente menor que os ingressos orçamentários, pois houve recebimento de bens.
 - e) a unidade não realizou despesa de capital mediante operação de crédito, nem assumiu outro tipo de passivo.
- 37- O administrador público federal, ao elaborar o orçamento nas modalidades de aplicação 30, 40, 50 e 90, está sinalizando para a sociedade que
- a) a estratégia na aplicação dos recursos prioriza a região onde se localiza a entidade, embora mediante transferência.
 - b) a estratégia será entregar os recursos a outra entidade pública da mesma esfera de governo e que a aplicação ocorrerá sob sua supervisão.
 - c) a estratégia, na realização da despesa, será transferir os recursos a estados, municípios e entidades privadas, bem como aplicar, ela mesma, parte destes.
 - d) a entidade possui projetos e atividades tanto da área fim quanto da área meio.
 - e) os bens e serviços a serem adquiridos serão utilizados pela própria entidade no desempenho de suas atividades.

- 38- A respeito dos dispêndios extraorçamentários, também conhecidos como despesa extraorçamentária, é correto afirmar:
- toda baixa no patrimônio não prevista na lei orçamentária é um dispêndio extraorçamentário.
 - a saída de recursos a título extraorçamentário não se observa nas entidades da administração direta em razão de estarem submetidas à lei orçamentária anual.
 - os dispêndios, quando ocorrem, advêm de ingressos extraorçamentários do mesmo exercício.
 - os dispêndios extraorçamentários estão relacionados sempre com as operações da atividade fim da entidade.
 - não alteram a situação patrimonial líquida, visto que são oriundos de fatos contábeis permutativos.
- 39- A respeito do Balanço Patrimonial e das informações evidenciadas no modelo atualmente utilizado na esfera federal, é correto afirmar, exceto:
- o resultado apurado no exercício é evidenciado nessa demonstração dentro do Patrimônio Líquido.
 - o ativo não-financeiro evidencia o patrimônio cuja alienação necessita autorização legislativa.
 - a rubrica ativo real demonstra a soma das rubricas ativo financeiro e ativo não-financeiro.
 - o total da despesa orçamentária do exercício é evidenciado nesse demonstrativo em razão da obrigatoriedade de se demonstrar o Passivo Compensado.
 - o passivo decorrente das operações de créditos interna e externas integram o passivo não-financeiro.
- 40- A respeito da classificação orçamentária da despesa e da receita pública na esfera federal, é correto afirmar, exceto:
- as despesas obedecem a uma classificação econômica, enquanto as receitas se submetem a uma classificação programática.
 - a classificação da receita pública por natureza procura identificar a origem do recurso segundo o seu fato gerador.
 - a classificação institucional da despesa indica, por meio do órgão e da unidade orçamentária, qual instituição é responsável pela aplicação dos recursos.
 - a classificação da despesa por função indica em que área de atuação do governo os recursos serão aplicados.
 - ao classificar economicamente a despesa e a receita na elaboração do orçamento, a administração pública sinaliza para a sociedade o tipo de bens que irá adquirir e a origem dos recursos que irá arrecadar.
- 41- Assinale a opção falsa a respeito do objeto, estrutura, e conteúdo do Balanço Orçamentário atualmente utilizado na esfera Federal.
- A despesa liquidada no exercício, mesmo aquela inscrita em restos a pagar não processados, consta dessa demonstração.
 - Ao evidenciar o montante dos ingressos e dos dispêndios financeiros, ele demonstra como se comporta o fluxo de caixa durante o exercício.
 - Os ingressos financeiros recebidos do órgão central de programação financeira são registrados do lado das receitas.
 - A diferença positiva entre a receita de capital realizada e a despesa de capital liquidada constitui o superávit de capital.
 - O montante dos valores pagos no exercício não é evidenciado nessa demonstração contábil.
- 42- Julgue, se verdadeiro(V) ou falso(F), os itens a seguir a respeito do conceito e contabilização dos bens públicos e assinale a opção que indica a sequência correta.
- Todos os bens públicos, de qualquer natureza, são objeto de registro pela contabilidade e no modelo atualmente adotado na esfera federal integram o patrimônio das entidades públicas.
 - Os bens públicos de uso especial são aqueles destinados ao desempenho das atividades das entidades públicas e constam do seu patrimônio.
 - Os bens públicos, mesmo aqueles de natureza imaterial, são passíveis de registro pela contabilidade, embora não integrem o patrimônio das entidades públicas.
 - No âmbito federal, as estradas e vias públicas são consideradas bens de uso especial e são objeto de registro pela contabilidade aplicada ao setor público.
- F, V, F, F
 - V, V, V, F
 - V, F, F, V
 - F, F, V, F
 - F, V, F, V
- 43- Assinale a opção que indica a finalidade da liquidação da despesa pública, segundo disposição da Lei n. 4.320/64.
- Determinar o momento da contabilização da despesa.
 - Verificar a origem do objeto a pagar, a importância a pagar e a quem se deve pagar a importância.
 - Levantar o valor a ser pago e determinar a classificação orçamentária da despesa a ser realizada.
 - Identificar o credor da nota de empenho, o montante a ser pago e a unidade gestora responsável pelo pagamento.
 - Proporcionar a contabilização da despesa antes que seja feito o devido pagamento.

- 44- Assinale a opção falsa a respeito dos créditos adicionais de que tratam os artigos 40 a 46 da Lei n. 4.320/64.
- Crédito extraordinário é uma das classificações de créditos adicionais.
 - Créditos especiais e suplementares são autorizados por lei.
 - Créditos suplementares não podem ser abertos sem a indicação da fonte de recursos.
 - Os créditos suplementares abertos no exercício não podem exceder a um terço daqueles originalmente consignados na lei orçamentária.
 - O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial pode ser fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.
- 45- Se o Congresso Nacional não receber no tempo devido a proposta de lei orçamentária, será considerado como proposta:
- a Lei de Orçamento vigente.
 - a proposta orçamentária enviada no exercício anterior.
 - a média dos valores constantes dos orçamentos dos dois últimos anos.
 - a despesa executada no exercício vigente até a data limite para o envio da proposta.
 - a proposta elaborada pela Comissão Mista de Orçamento.
- 46- Segundo a Lei n. 4.320/64, considera-se superávit financeiro:
- a diferença positiva entre o ativo e o passivo verificado no balanço patrimonial.
 - o saldo positivo apurado na conta de controle financeiro do ativo, conjugado com os saldos de fornecedores a pagar.
 - a diferença positiva apurada no confronto entre os ingressos e dispêndios do Balanço Financeiro.
 - o superávit apurado na demonstração das variações patrimoniais, observada a existência destes no balanço patrimonial.
 - a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- 47- Segundo a Lei n. 4.320/64, material permanente é aquele que apresenta as seguintes características:
- bens cujo uso é majoritariamente utilizado na atividade fim da entidade pública.
 - bens adquiridos como despesa de capital e integrantes do patrimônio da entidade.
 - aquele cuja duração é superior a dois anos.
 - são constituídos pelo mobiliário e equipamentos utilizados pela entidade pública e que tenha sido adquirido por ela.
 - todo bem e/ou equipamento cujo uso possa se estender por quatro anos além do exercício da compra.
- 48- A respeito da distribuição dos recursos financeiros às unidades da administração pública, a Lei n. 4.320/64 determina que:
- as transferências do caixa do Tesouro para as unidades devem obedecer a cronograma financeiro aprovado pelo Presidente da República, mediante decreto.
 - as cotas devem obedecer a uma programação mensal aprovada pelo Ministério da Fazenda.
 - cotas semestrais devem ser aprovadas para as despesas de custeio e quadrimestrais para as despesas de capital.
 - um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar deverá ser aprovado.
 - a distribuição de cotas financeiras deve obedecer a periodicidade estabelecida na lei orçamentária anual.
- 49- Assinale a opção verdadeira a respeito da autorização que pode estar consignada na Lei Orçamentária Anual, segundo o art. 7º da Lei n. 4.320/64.
- Realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender insuficiência de caixa.
 - Alterar a legislação tributária a fim de adequar a realização da receita aos fluxos financeiros esperados.
 - Realizar despesas sem o prévio empenho para atender situações de calamidade, desde que devidamente justificado.
 - Abrir créditos adicionais sem a indicação das fontes de recursos para atender ao equilíbrio da dívida pública.
 - Prorrogar restos a pagar não processados até o limite da despesa empenhada.
- 50- A respeito dos prazos relativos à elaboração e tramitação da lei que institui o Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, é correto afirmar:
- o projeto de PPA será encaminhado até cinco meses antes do término do exercício em que inicia o mandato do Presidente da República, enquanto a LOA deve ser encaminhada até quatro meses antes do término do exercício.
 - a proposta de LOA deverá ser remetida ao Congresso Nacional até quatro meses antes do término do exercício financeiro e o projeto aprovado da LDO deve ser devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
 - os projetos de PPA e de LDO devem ser encaminhados juntos até seis meses antes do término do exercício uma vez que há conexão entre eles.
 - a Constituição Federal determina que esses projetos de lei são encaminhados ao Congresso Nacional de acordo com as necessidades do Poder Executivo, exceto no último ano de mandato do titular do executivo.
 - os projetos de LDO e de LOA devem ser encaminhados ao Congresso Nacional até seis meses antes do término do exercício e devolvidos para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

- 51- Segundo a Constituição Federal, tem competência para realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União no que se refere à legalidade, legitimidade e economicidade:
- a) a Comissão Mista de Orçamento e Planos e o Tribunal de Contas da União.
 - b) o Congresso Nacional e o sistema de controle interno de cada Poder.
 - c) o Congresso Nacional e as entidades representativas da sociedade organizada.
 - d) o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e as Comissões do Congresso Nacional.
 - e) a Câmara dos Deputados, por intermédio de suas comissões permanentes e o Tribunal de Contas da União.
- 52- Quanto à prestação de contas de pessoas jurídicas de direito privado, é correto afirmar:
- a) estão obrigadas a prestar contas quando utilizar, arrecadar, guardar, gerenciar ou administrar dinheiros, bens e valores públicos.
 - b) prestam contas sempre que receber recursos provenientes da União, sejam eles em dinheiro ou bens.
 - c) estão desobrigadas de prestar contas em razão de a natureza jurídica ser de direito privado.
 - d) prestam contas, desde que gerenciem ou apliquem recursos arrecadados por elas mesmas sem que tenha havido delegação para tal.
 - e) a apresentação de prestação de contas diretamente ao Tribunal de Contas da União é condição essencial ao cumprimento da Constituição Federal.
- 53- Assinale a opção que, segundo a Constituição Federal, indica uma exceção às atribuições do Tribunal de Contas da União.
- a) Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado.
 - b) Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe direta ou indiretamente.
 - c) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
 - d) Representar ao Poder competente sobre irregularidades e abusos.
 - e) Fiscalizar a aplicação de recursos transferidos a qualquer título aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- 54- O sistema de controle interno de que trata o art. 74 da Constituição Federal tem como finalidade, exceto:
- a) avaliar os resultados, quanto à eficácia, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades.
 - b) apoiar o controle externo na sua missão institucional.
 - c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
 - d) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e remetê-los ao Tribunal de Contas da União.
 - e) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- 55- Segundo a Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela dará ciência:
- a) ao Ministério Público Federal, para que ajuíze a ação competente junto à Justiça Federal de primeira instância.
 - b) à Polícia Federal, na qualidade de polícia judiciária, para abertura de inquérito e investigação.
 - c) ao Tribunal de Contas da União, para que tome as providências no seu âmbito de atuação.
 - d) à Comissão de Fiscalização e Controle do Congresso Nacional.
 - e) ao titular da entidade ou órgão para que represente ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.
-
- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**
- 56- No planejamento estratégico, “conjuntos imaginados de eventos que se pretende alcançar em alguma época futura, ou deles se aproximar, se não forem infinitos” são algumas das considerações que devem ser feitas pelo administrador na definição
- a) da missão.
 - b) da estratégia.
 - c) do orçamento.
 - d) dos objetivos.
 - e) da política.
- 57- Segundo Ansoff, no planejamento estratégico
- a) espera-se necessariamente que o futuro represente um progresso em relação ao passado.
 - b) o passado não deve ser considerado.
 - c) o futuro representa uma tendência histórica.
 - d) não se espera necessariamente que o futuro represente um progresso em relação ao passado.
 - e) o futuro não é extrapolável a partir do passado.

58- Um planejamento é estratégico quando se dá ênfase ao aspecto:

- a) de longo prazo dos objetivos e à análise global do cenário.
- b) de prazo emergencial dos objetivos e à análise global do cenário.
- c) de longo prazo dos objetivos e à análise da situação passada.
- d) de médio prazo dos objetivos e à análise da situação atual.
- e) de urgência dos objetivos e à análise da situação futura.

59- Concebe-se que um processo de administração estratégica tem como fases principais a Formulação da Estratégia, a Operacionalização da Estratégia e o Acompanhamento e Controle. Na última fase (acompanhamento e controle), podemos afirmar que:

- a) deve identificar os culpados por possíveis falhas.
- b) deve fixar metas quantitativas e mensuráveis.
- c) deve permitir a realimentação necessária à correção de rumos.
- d) deve ter a imagem de um processo de auditoria, realizado de tempos em tempos.
- e) deve controlar para que a execução seja rigorosamente de acordo com o planejado.

60- Segundo Matias-Pereira, o alcance de resultados positivos na implementação de planejamento estratégico, principalmente na administração pública, depende das condições e formas para a sua concretização. Destacam-se as abaixo listadas, com exceção de:

- a) forma de envolvimento exclusivamente da alta direção, em especial do processo de sensibilização.
- b) demonstração de vontade política para a implementação.
- c) a existência de mecanismos que monitoram tanto o plano quanto os elementos contextuais que lhe deram origem.
- d) capacidade de percepção das condições que sustentam e condicionam a viabilidade das ações planejadas.
- e) nível de consciência das potencialidades e debilidades que o grupo que planeja possui.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br